

EDUCAÇÃO CIDADÃ: 15 ANOS DE PROJETOS SOCIAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO IFCE

JÚLIO CÉSAR FERREIRA LIMA, RICARDO DA SILVA PEDROSA

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE
Campus de Fortaleza

<julioepedrita@gmail.com>, <pedrosa.sricardo@gmail.com>

DOI: 10.21439/conexoes.v11i3.911

Resumo. Muito da ideia de cidadania, através da responsabilidade social, foi agregada ao ensino profissionalizante com a inclusão da disciplina Projeto Social nas matrizes curriculares dos cursos de graduação do Instituto Federal do Ceará (IFCE). O objetivo geral desse estudo é conhecer histórico e posicionamentos sobre a aplicação da disciplina Projeto Social dentro do IFCE. Buscou-se então, identificar os princípios para inclusão da disciplina; enumerar exemplos exitosos de projetos sociais; e levantar a opinião de professores e alunos envolvidos com a disciplina. O trabalho se caracteriza, pois, em um estudo de caso exploratório, com abordagem de caráter qualitativo, utilizando-se de método indutivo para se chegar a uma conclusão ampla sobre a eficácia da referida ação social. A elaboração ocorreu após um trabalho bibliográfico e de campo; utilizando-se principalmente livros, sites idôneos, uma entrevista cedida pelo idealizador da disciplina e questionários aplicados com professores e alunos. A análise dos resultados demonstrou que há um campo favorável para a manutenção da disciplina através de avaliações satisfatórias de docentes e discentes. Os depoimentos também demonstraram conexão entre o ensino profissionalizante e projetos sociais, pois foram atestados crescimentos profissional e pessoal nos educandos.

Palavras-chaves: Cidadania. Educação profissional. Projetos sociais. IFCE.

Abstract. Much of the idea of citizenship, through social responsibility, was added to vocational education with the inclusion of the Social Project subject in the curriculum of the undergraduate courses at Instituto Federal do Ceará (IFCE). The main objective of this study is to realise the history and some positions on the application of the Social Project subject within IFCE. Therefore, it was necessary to identify the principles for inclusion of the subject; to enumerate successful examples of social projects; and to raise the opinion of teachers and students involved in the subject. The work is an exploratory case study with a qualitative approach, using the inductive method to reach broad conclusions about the effectiveness of this social action. A bibliographic and a field work were developed; using books, qualified sites, an interview provided by the creator of the subject and questionnaires for teachers and students. The results showed that there is an appropriate field for the maintenance of the subject through satisfactory reviews by teachers and students. The answers also demonstrated connection between the vocational education and social projects, since students' professional and personal growths were certified.

Keywords: Citizenship. Vocational education. Social projects. IFCE.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo geral conhecer o histórico e alguns posicionamentos sobre a aplicação da disciplina Projeto Social, encontrada na matriz curricular dos cursos de graduação do IFCE. Para isso, os objetivos específicos foram identificar os princípios para inclusão da disciplina nas matrizes curriculares dos cursos de graduação do IFCE, enumerar exemplos exitosos de projetos sociais já realizados e levantar a opinião de professores e alunos envolvidos.

A realidade experimentada entra em dissonância com os desejos de uma sociedade justa e igualitária. Muitas vezes, essa discrepância é percebida por parte de alguns indivíduos, conduzindo-os a uma tomada de atitude em busca de melhoria. Com isso, projetos sociais surgem em prol de uma parcela populacional desfavorecida, funcionando como pontes entre desejos e práticas de mudança da realidade; e propagando o papel ativo dos cidadãos. Todo o trabalho está embasado em ações práticas através da solidariedade. Projetos sociais são um prático exercício de cidadania por transportar os executores para além do seu campo de vivência, possibilitando a transposição de preconceitos em proveito do outro e consequentemente, a minimização da problemática da desigualdade social.

Consciente de sua importância no cenário educacional regional e da amplitude do poder de suas ações dentro da sociedade, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) tenta transpor os limites de seus muros e de seu estilo de ensino prioritariamente tecnicista, voltado às necessidades econômicas de uma sociedade capitalista. Embora não se possa negar a grande influência de mais de um século de uma educação baseada na formação para o mercado de trabalho, a Instituição busca complementar essa educação com uma formação humanística de seus discentes através de ações sociais desenvolvidas em variadas instâncias. Essas ações tencionam provar que a tecnologia pode ser uma aliada direta na redução das desigualdades sociais, devido principalmente à mudança comportamental dos cidadãos, que retribuem seus direitos com o dever cívico de solidariedade. Com essa consciência é possível produzir uma sociedade mais justa, onde todos possam obter as mínimas condições para viver dignamente.

Para Cavalcanti (1989), o processo educacional não deve ser cercado aos limites do indivíduo – casa, escola e trabalho; mas deve ser admitido como fator de integração desse indivíduo com a sociedade como um todo. Portanto, educação é também um agente formador de cidadania. O conceito ligando educação à cidadania é declarado inclusive no Artigo 2º da Lei nº

9.394/96 que afirma haver uma legislação de ensino que tem entre seus fins propostos para a educação, a formação para a cidadania. (DIRETRIZES, 1996). Concordando com a comparação de Moran (2015) entre educação e um caleidoscópio com várias perspectivas que se utiliza de diferentes eixos como diretrizes fundamentais, o IFCE procura ter uma visão participativa de educação e tenta uma integração mais profunda da Instituição com a sociedade. A aproximação se realizou através, primeiramente, do trabalho solidário realizado através de várias ações de responsabilidade social executadas permanentemente por funcionários da Instituição; e em seguida com a disciplina Projeto Social nos cursos de graduação.

O tipo de ação aplicada nos projetos sociais do IFCE é defendido pelo sociólogo suíço Perrenoud e Murad (2005), por compreender a necessidade da educação guiada por caminhos diversos, para que assim possa ser desenvolvida a intelectualidade dos educandos. Desta forma, esses educandos poderão tomar decisões mais acertadas, através de reflexões fundamentadas, para as mais variadas situações, auxiliando no desenvolvimento social.

Ao abordar a disciplina Projeto Social como tema, pretendeu-se colaborar com o entendimento e divulgação dessa iniciativa de responsabilidade social compartilhada entre educadores e educandos. O IFCE vem se destacando como formador de profissionais há mais de um século e detectou sua importância para a formação cidadã de seu público. A contribuição desse trabalho pretende ser, além de teórica, um instrumento direcionador e estimulante dessas ações práticas desenvolvidas há 15 anos dentro da Instituição.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante do exposto, a questão que norteou o trabalho vinculou-se à eficácia e continuidade da disciplina Projeto Social nos cursos de graduação do IFCE. A questão levantada foi então:

- Qual o panorama da disciplina Projeto Social dos cursos de graduação do IFCE transcorridos 15 anos após sua implantação?

Quanto ao objeto, o trabalho foi bibliográfico e de campo. Iniciou-se a elaboração do texto com uma exploração bibliográfica (documentação indireta) para dar suporte aos temas de cidadania e educação profissional. Para a pesquisa de campo, uma entrevista semiestruturada¹ e dois questionários foram utilizados como com-

¹Entrevista com 08 perguntas realizada em 10 de março de 2011 para compor parte da dissertação de mestrado do autor. A entre-

ponentes da documentação direta. A entrevista foi aplicada com o idealizador da disciplina e o levantamento de dados foi feito através de dois questionários distintos, aplicados com duas professoras e com quatro alunos que cursaram a disciplina em 2014.2. A amostra de alunos foi baixa frente ao total de 37 alunos egressos da disciplina no referido período. No entanto o estudo não objetivou um aprofundamento metodológico quantitativo. Logo, as considerações feitas pelos sujeitos foram abordadas conforme seu caráter qualitativo apenas.

Esse trabalho caracteriza-se também como um estudo de caso exploratório através da inquietação para a descoberta e divulgação dos resultados de uma ampla ação educacional de responsabilidade social dentro do IFCE. Utilizando-se do método de abordagem indutivo, elaborou-se uma análise de experiências da realidade concreta.

A análise dos dados possuiu uma abordagem qualitativa, pois discutiu posicionamentos sobre concepção e aplicação de uma disciplina de cunho social. Acreditou-se que essa abordagem descreveria a complexidade dos pontos de vista de uma forma melhor e mais autêntica, já que o processo e seu significado foram os focos principais da análise.

3 CIDADANIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE MÃOS DADAS

Desde o final do regime militar no Brasil, em meados da década de 1980, e da promulgação da Constituição de 1988, verifica-se uma grande ampliação da ação social autônoma na sociedade civil brasileira. Alguns fatores podem ser apontados como responsáveis diretos por essa consciência e tomada de atitude. São eles: a falta de simetria entre os avanços tecnológicos e a redução das desigualdades sociais; e o interesse da opinião pública e da mídia sobre programas e projetos sociais, em consequência de uma maior conscientização dos indivíduos de seus direitos e deveres.

Por esse conjunto de fatores, faz-se necessária uma intervenção organizada de setores preocupados com o bem-estar coletivo. O setor educacional talvez esteja mais intimamente ligado à formação de cidadãos, pois com educação, seja qual for a modalidade, são proporcionadas formações intelectuais individual e coletiva. Essas interfaces compõem o principal caminho para a construção de indivíduos conscientes de seus direitos civis, políticos e sociais – as três dimensões de cidadania defendida pelo sociólogo inglês Thomas Marshall.

vista foi gravada e o conteúdo transcrito para o presente artigo, encontrando-se em itálico nos resultados e discussões do presente artigo. (Nota do autor)

Na teoria marshalliana, cidadania está dividida em três dimensões distintas, mas complementares. Os direitos civis são inerentes à liberdade individual, de expressão e de pensamento, direito à justiça e à propriedade; os direitos políticos são os direitos de participação no exercício do poder político; e os direitos sociais são formados pelo conjunto de direitos sobre o bem-estar econômico e social. (MARSHALL, 1967). A junção entre essas dimensões ocorre quando se pensa de um modo mais amplo na busca de uma sociedade igualitária. Pinsky (2008) enfatiza a ideia de Marshall e detalha a abrangência do alcance de cidadania quando defende que só podemos exercer o poder pleno da cidadania quando possuímos direitos civis, políticos e sociais.

Considerado o pai da cidadania, MARSHALL (1967, p. 76) define a mesma como “um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status.” Mesmo tendo relação à Inglaterra de meados do século XX, seu pensamento deve ser entendido como sobre um caso empírico específico que pode ser utilizado como instrumento importante para estudos comparativos do desenvolvimento da cidadania em outros países. Na visão de Souki (2006), o indicado é trabalhar com um conceito aberto de cidadania, trazendo seus elementos em contínua construção. Isso não quer dizer, contudo, que discussões outrora realizadas devam ser colocadas em um invólucro hermético fechado para se evitar contato com o mundo exterior. Definições sobre esse tema, como tantas outras dentro das ciências sociais, devem ser analisadas e adaptadas quantas vezes seja necessário, para melhor aplicabilidade dentro de contextos geográficos, culturais e temporais específicos.

Corroborando com a ideia de “diferentes cidadanias” ou de “cidadanias nacionais”, Dias () sugere que cidadania é “[...] produto de conflitos concretos que acontecem em determinados ambientes e sob perspectivas teóricas e políticas peculiares. E, sendo assim, só pode ser definida em termos relacionais e contingentes.” Um exemplo claro disso é que, segundo o historiador José Murilo de Bedin (2015), a trajetória do surgimento dos direitos no Brasil seguiu a ordem inversa dos direitos ingleses descritos por Marshall. Por aqui, foram adquiridos primeiramente os direitos sociais; em seguida, os direitos políticos; e por último, os direitos civis. Bedin (2015, p. 9) ainda explica que “uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâ-

metro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico.”

Em comparação com anos anteriores, são percebidas melhorias significativas para a humanidade. Exemplos dessas evoluções são a ampliação progressiva dos direitos da pessoa, o engajamento de milhares de indivíduos em ações comunitárias e o progresso da ciência nas mais variadas áreas do conhecimento. Mesmo assim, todo esse avanço ainda não diminui com as agressões feitas à sociedade mundial através de mazelas como desigualdades financeiras, educacionais e políticas, fome, exclusões diversas, “turismo sexual”², comércio de pessoas e de armas, guerras, poluição atmosférica e uso incontrolável dos recursos naturais. O paradoxo composto pelo avanço científico e suas incontestáveis melhorias e os problemas sociais está presente em cada rincão do planeta.

Para muitos, a solução está na escola, que deve-ria “fazer seu trabalho” e preparar as novas gerações, tornando-as conscientes e responsáveis pela perpetuação da espécie em um ambiente saudável e justo. Porém, a escola, como qualquer outra instituição, não pode levar sozinha o fardo de tamanha responsabilidade. Ela é formada por componentes da sociedade e por isso é diretamente um reflexo da mesma. MIRANDA e Almeida (2008) acreditam que educação é um elemento essencial tanto do indivíduo quanto da sociedade. Por conseguinte, como uma ação intencionada é ao mesmo tempo pessoal e comunitária, existindo, pois, nas relações humanas da vida cotidiana, nas práticas e vivências sociais. Não há como distanciar a figura do ser humano da figura institucional “escola”. A última não existe sem a primeira, ou ao menos, não funciona. Para atestar sobre uma cobrança errônea, (PERRENOUD; MURAD, 2005, p.10) declara que “um sistema educacional não pode ser muito mais virtuoso que a sociedade da qual extrai sua legitimidade e seus recursos.”

A escola não é o único espaço físico para aprender e muito menos a figura do professor é a única responsável pela tarefa de educar. Toda a sociedade tem como responsabilidade criar os mais variados espaços físicos para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra. De acordo com Émile Durkheim (2011), todas as instituições representativas do processo educacional pertencem a uma rede de integração dos indivíduos com o entorno social, e por isso, sofre influência do tempo e do meio. Com a mesma visão holística sobre a escola, Moran (2007) afirma que:

² As aspas aparecem na expressão para indicar uma conotação negativa e reprovável. Estudiosos não reconhecem o termo como uma das segmentações do turismo, uma vez que não há incentivo público ou privado apoiado em normativas ou leis. (Nota do autor)

A escola não pode apenas ensinar a aprender, preparar só para a vida profissional. A educação social é importante, para compreender as raízes da desigualdade e para encontrar meio de diminuí-la. [...] Temos de aprender a nos sentir parte do planeta, superando divisões territoriais, étnicas, religiosas, até que nos sintamos parte deste grande universo.

Tal concepção de escola encontra consonância com a visão de Paulo Freire, na qual o real papel de uma educação libertadora precisa ser a preocupação com o desenvolvimento da sociedade no sentido de relações dialógicas, cujo princípio e fim é a plenitude de realizações dos sujeitos aprendendo coletivamente. Num sentido crítico, o aprendizado começa no questionar-se sobre as situações reais da vida coletiva. Para o autor, a educação abrange muito mais que a simples transmissão de conhecimento, mas funciona como ferramenta ativa que permite o indivíduo construir seus próprios caminhos. Para tanto, ele afirmava que era preciso “pensar a prática enquanto a melhor maneira de aperfeiçoar a prática. Pensar a prática através do que se vai reconhecendo a teoria nela embutida.” (FREIRE, 1997, p. 11)

Mesmo com tantos estudos e teorias educacionais, ainda hoje a educação classista e centralizadora é difundida, na medida em que os sujeitos diretamente envolvidos no processo frequentemente não são chamados a participarem das decisões, ficando essas a cargo dos “donos do poder político” ou de “grupos de intelectuais especializados”. No caso do Brasil, especificamente, predomina ainda o ensino meramente propedêutico, que prepara os alunos para os estudos continuados, objetivando a aquisição de um diploma universitário, aumentando as chances de inserção no mercado de trabalho.

Para facilitar, ou melhorar, a qualidade da aprendizagem, Freire suscita, no todo de sua obra, a importância do diálogo para a prática educativa. Ele concebe a educação como um ato de pensar crítico sobre a realidade dos homens, colocando cinco pressupostos norteadores da comunicação entre educador e educando. São eles: amor, humildade, fé nos homens, esperança e um pensar crítico. Esses pressupostos vão de encontro ao que ele chama de “concepção bancária” de educação, na qual o educador “é o que sabe” e os alunos são “os que não sabem”; o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente e, também, o educador é o sujeito do processo; enquanto os alunos se tornam meros objetos. (FREIRE, 2013).

Pela grande influência das mudanças profundas e rápidas que ocorrem desde a segunda metade do século XX, a educação profissional tenta superar a dicoto-

mia entre conhecimentos específicos e gerais, entre ensino médio e profissional, produzindo transformações na prática social e do trabalho. Na verdade, esse novo modelo contempla a aprendizagem básica e profissional em um mesmo currículo. A aglutinação é justificada uma vez que grande parte dos perfis profissionais propostos pelo setor produtivo atual busca indivíduos com habilidades científicas e tecnológicas, ao mesmo tempo em que esses indivíduos não podem estar alheios a uma base humanística. Isso ocorre devido à influência das ferramentas tecnológicas atuais e à globalização, que coloca indivíduos de vários lugares em contato rapidamente. Essa celeridade faz com que haja ao mesmo tempo uma concorrência, ainda que inconsciente e assíncrona; e uma troca de experiências e de culturas distintas.

Há uma clara valorização de competências gerais e específicas para a tomada de decisões, para o trabalho em grupo e para a adequação às constantes mudanças do mundo do trabalho. Prova disso é que a sociedade contemporânea brasileira procura contemplar nos anos de conclusão da educação geral (ensino médio) a constituição de competências cognitivas, afetivas e sociais, tanto para a continuação dos estudos, como para o ingresso no mercado de trabalho. Nessa perspectiva encontra-se uma das razões da existência da educação profissionalizante.

O contexto no qual se insere a disciplina Projeto Social nas matrizes curriculares dos cursos de graduação do IFCE é o mundo globalizado, onde predomina a ética do neoliberalismo, porém com uma consciência da responsabilidade que as instituições de ensino formal têm frente aos problemas sociais. Como afirmou Saviani (1996), a prática social necessita da problematização das ferramentas teóricas e práticas para o entendimento e resolução de problemas concretos. A consciência dos problemas ratifica o objetivo de luta contra ideias predominantes de repetição das desigualdades.

A liberdade de mercado defendida pelo neoliberalismo não impede que os alunos sejam expostos a ações minimizadoras da desigualdade social existente em seu meio e nem que eles se conscientizem que podem e devem ser agentes sociais transformadores. Assim, a teoria de livros e do ambiente interno da sala de aula pode ultrapassar as fronteiras da instituição; e realmente chegar à sociedade, maior beneficiada com os resultados de projetos sociais. Esse será, então, o produto advindo de uma educação libertadora de pensamentos e ações eficazes surgida de ideias solidárias.

Como consequência dessa nova tendência, incluiu-se na Lei de Diretrizes e Bases que a educação profissional tem o objetivo de não apenas a formação de técnicos

de nível médio, bem como a qualificação e a requalificação para trabalhadores com qualquer escolaridade; a atualização tecnológica permanente; e a habilitação em nível superior. A educação profissional deve, pois, apresentar-se como complementar à básica.

Filho (1999) aponta que os fatores de integralização entre as duas modalidades de educação:

Tem que ser construídos de forma bastante flexível para atender as diferentes situações no tempo e no espaço, considerando tanto as rápidas mudanças tecnológicas e as necessidades da vida cidadã como as tendências regionais e do mercado internacional.

Com esse posicionamento o autor declara explicitamente a utilidade prática educacional, uma vez que “a perspectiva da educação deve ser, pois, desenvolver os meios para uma aprendizagem permanente, que permita uma formação continuada, tendo em vista a construção da cidadania.” (FILHO, 1999). Por conseguinte, essa cidadania alcançada através de uma educação formal, possibilitará um desenvolvimento intelectual e financeiro, fazendo os indivíduos também sentirem-se agentes transformadores do meio.

Perrenoud e Murad (2005) declara que é preciso trabalhar três registros para o desenvolvimento de uma consciência cidadã. No primeiro, a educação desenvolve o poder intelectual do aluno, para que ele saiba adaptar-se às situações ímpares da vida e possa opinar e embasar seus pensamentos com argumentação lógica. Em um segundo registro, a educação possibilita o domínio da vida do aluno pela inteligência, não pela violência. Para isso, deve-se desenvolver uma postura reflexiva e incluir a ética na discussão, em vez da submissão cega à autoridade da ciência e do professor. Finalmente, a educação moderna e democrática deve estabelecer tempo, meios, competências e variados recursos didáticos em um trabalho mais intenso e continuado sobre os valores, as representações e os conhecimentos que todo contrato social pressupõe, para que se atinja um fim educacional bem-sucedido.

Para ajudar o aluno a alcançar essa meta em uma sociedade desigual, os educadores que trabalham com projetos sociais no IFCE devem possuir uma visão política macro do mundo, como também uma postura transformadora da sociedade, para que possam, de maneira mais eficiente, orientar os alunos na aplicação dos projetos sociais. Nesse sentido, Perrenoud e Murad (2005, p. 42) declara que para se conseguir esse profissional preparado é necessário uma evolução de novas competências nos professores, “mas, acima de tudo, uma nova identidade profissional, um engajamento diferente em

seu ofício e em seu estabelecimento de ensino, uma outra relação com o saber e com os alunos.” Através desse novo profissional Lima e Castro (2014, p. 39) acredita que:

A visão filantrópica ou assistencialista, até então difundida no âmbito de ações sociais, dá lugar a um novo paradigma, que encara a participação de empresas e de instituições de ensino como componentes ativos da economia, demandando recursos diversos para investimentos e que assim devem responder positivamente, com reciprocidade econômica e social.

Mesmo partindo de pressupostos epistemológicos distintos, advindos de diversas áreas, pelo exposto pode-se inferir que a interseção do propósito de uma educação libertadora é que se desenvolva no aluno a percepção de sua força política através de ações de responsabilidade social dentro do mundo contemporâneo. Sendo assim, com o objetivo de alcançar um indivíduo mais justo socialmente é necessário lutar por desenvolvimento através da ligação desse indivíduo com sua vizinhança, seu país, seu planeta e se possível com o universo. Deve-se buscar a consciência de uma cidadania em qualquer fase da vida, ainda que com abordagens diferentes, mas com o objetivo final da liberdade individual e da consciência de si mesmo, para que no final se formem seres humanos desenvolvidos plenamente nas suas potencialidades.

3.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A qualidade de vida básica pensada e necessária a todos os indivíduos abrange itens como um bom nível de escolaridade, o acesso a serviços de saúde, opções variadas de lazer, posição no mercado de trabalho e respeito pela diversidade de ideias. Privar os indivíduos de algum ou vários desses itens é roubar-lhes a cidadania, pela não inclusão dentro de uma sociedade igualitária.

Acreditando nesse poder transformador dos profissionais e dos alunos que formam o IFCE é que o professor Mauro Oliveira elaborou um projeto para a inclusão da disciplina Projeto Social nas matrizes de dois dos cursos de graduação da Instituição em meados de 1999. A implantação aconteceu já no ano seguinte, estando presente até os dias atuais; porém, em todas as graduações. A disciplina conta com 40 horas semestrais, correspondendo a 2 créditos da matriz curricular de cada curso. Parte dessas horas é dedicada aos encontros iniciais para conscientização da disciplina, orientações sobre os trabalhos a serem desenvolvidos e seminário final para a apresentação dos resultados. Outra

parte da carga horária é dedicada ao desenvolvimento das ações sociais. A disciplina é ofertada nos semestres finais dos cursos superiores, porém como não é exigido pré-requisito para a matrícula, encontram-se alunos de vários semestres e de cursos variados em uma mesma turma.

De início, o apoio à ideia da nova disciplina não foi algo conseguido rapidamente. Houve resistência por parte dos docentes. Quando questionado sobre a razão do rechaço dos professores na implantação da disciplina, o professor Mauro Oliveira declarou que isso ocorreu porque “*na verdade os professores também fazem parte de uma casta conservadora.*” Muitos professores não estão abertos a mudanças depois de adquirirem um tempo de experiência considerado por eles mesmos como satisfatório e seguro dentro da profissão. Inovar pode significar arriscar uma posição já estabilizada. Esse risco vem alicerçado pelo medo do ridículo; simplesmente porque põe à prova parte de uma carreira segura e reconhecida. Porém, ele complementou que acredita que “*deixar de ser reacionário é uma prática [...]*” e por isso mesmo não abandonou sua ideia e vontade de experimentar tal ferramenta de desenvolvimento pessoal e social.

O professor Mauro Oliveira declarou que é aconselhável que “*o professor dessa disciplina saiba o nome das pessoas. [...]. Para poder pedir a opinião de cada um.*” Pode-se realizar assim uma melhor discussão dos aspectos operacionais dos projetos, dando-se importância a tudo que aparece como ideia inicial, para em seguida haver uma lapidação, visando uma melhor aplicabilidade de cada projeto.

Seguindo a linha de pensamento já defendida por Perrenoud, deve-se ponderar que apenas professores abertos às questões sociais trabalhem com esse tipo de disciplina, caso contrário podem achar perda de tempo sua utilização e terminar por passar esse sentimento de inutilidade para os alunos. Como o professor Mauro Oliveira explicou, a disciplina “[...] tem que ser dada por pessoa que entenda, que sinta. Pessoas que a prática delas seja a prática da ética [...]”. Na sua visão apaixonante e apaixonada pelas causas sociais, ele também prioriza uma “energia” existente em quem aplica os projetos em detrimento do próprio objeto. Para ele, o professor responsável pela disciplina “[...] tem que ser um cara que ame a vida. Que é feliz. Que acha que dá para todo mundo ser feliz também.”

As duas professoras que responderam ao questionário são exemplos do envolvimento dos profissionais com a responsabilidade social presente no IFCE; como também, com a propagação dos ideais do professor Mauro Oliveira. A Professora A já se encontra a frente

da disciplina por cerca de 9 anos. Enquanto que a Professora B trabalha com a disciplina há mais ou menos 14 anos, ou seja, foi um dos primeiros profissionais a assumir a disciplina e acreditar na sua capacidade e dos discentes para o trabalho social.

Outro ponto crucial para o professor Mauro Oliveira é o da busca de um trabalho dentro da própria comunidade do aluno, pois assim incitará uma elevação de autoestima não apenas do aluno, como também dos próprios indivíduos da comunidade. De acordo com o professor, “é no bairro dele que ele tem legitimidade para mexer. [...] Se ele vai para outro canto, ele pode ser visto como um camarada, um político que está chegando. No bairro dele não. A turma sabe quem é ele.” Devido a essa proximidade e conhecimento mútuo, o trabalho a ser realizado poderá fluir de maneira mais eficaz e consequentemente produzir resultados mais satisfatórios para as partes envolvidas.

O professor Mauro Oliveira levantou também a necessidade da conscientização dos envolvidos desde a implantação da disciplina no currículo. Para ele, Projeto Social é uma disciplina “fortemente ideológica no sentido de que ela não pode ser colocada na instituição sem os alunos entenderem porque ela existe.” Ao ser questionado se esse “treinamento social” é na verdade o papel do aluno dentro da comunidade onde ele está inserido, ele afirmou categoricamente que “a disciplina nasceu com um espírito de ser um contraponto ideológico ao modelo de sociedade que o capitalismo coloca.”, e para isso deve-se trabalhar incansavelmente nos alunos a mudança de pensamento de que devemos “vencer a qualquer custo.” Nesse cenário, a escola serve como ferramenta instigadora responsável por “reforçar os princípios de solidariedade.”

As atividades já realizadas até hoje pelos alunos foram extremamente diversificadas, pois os próprios alunos selecionam uma ação e o local onde eles se sentem mais seguros para desenvolver o trabalho. Apesar de exemplos da variedade de iniciativas, foram apontadas pelas professoras pesquisadas as seguintes ações:

Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) com expedição de certificado pelo IFCE para grupos de pessoas que precisavam qualificação para ingressar no mercado de trabalho;

Divulgação das opções de formação oferecidas pelo IFCE em escolas públicas para alunos do nono ano do Ensino Fundamental e alunos do Ensino Médio;

Realização de visitas aos Centros Culturais de Fortaleza com crianças, jovens e idosos;

Realização de passeios com os participantes do Grupo Raízes da Vida³ do IFCE;

Campanhas de coleta de sangue e inscrição de servidores, alunos e parentes de ambos os grupos para doação de medula óssea em parceria entre a Coordenadoria de Projetos Sociais e Diretoria de Extensão do IFCE e o HEMOCE (Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará);

Campanha de sensibilização no IFCE para o uso e preservação do patrimônio público;

Monitorias e facilitação de disciplinas no Programa Mulheres Mil⁴;

Campanha de sensibilização para coleta seletiva de resíduos em condomínio combinada com oficinas de artes para moradores; e

Informatização de serviços de biblioteca de uma ONG e sistema administrativo de instituição filantrópica.

O que se espera como consequência das ações difundidas com a disciplina é que os princípios de solidariedade consigam influenciar de maneira positiva os indivíduos e que esses se transformem em agentes sociais dentro de suas comunidades. Ambas as professoras atestaram uma alteração em seus discentes ao final das atividades. Para a Professora A:

Nos relatórios que eles entregam ao final de cada semestre e nas apresentações orais, para toda a turma, se constata a importância da disciplina para a formação integral deles. Isso se afere pelo que dizem e registram por escrito. É comum que em meio ao pragmatismo do contexto em que vivemos alguns demonstrem resistência antes de se apropriarem devidamente dos objetivos da disciplina.

³Raízes da Vida é um projeto social desenvolvido com idosos pelo IFCE - campus Fortaleza, cujo objetivo é de trabalhar a saúde física e mental. As atividades de rotina são desenvolvidas dentro das dependências do campus Fortaleza, contudo há viagens realizadas dentro de todo território nacional. (Nota do autor)

⁴O Programa Mulheres Mil tem como principal eixo norteador a promoção da inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas nas regiões norte e nordeste do Brasil, permitindo-lhes melhorar seu potencial de mão de obra através de formação profissional. O Programa acontece atualmente em 13 estados, administrados pelos Institutos Federais de cada estado. No Ceará, o programa é denominado Mulheres de Fortaleza. (Nota do autor)

Enquanto que para a Professora B, “essa experiência é bastante rica e produtiva para a formação dos alunos. Percebe-se nitidamente a mudança positiva ocorrida no aluno ao término da disciplina. Há um amadurecimento tanto pessoal como profissional.”

A avaliação da disciplina foi apontada por discentes como importante para suas formações, incluindo-se variadas nuances. O Aluno A⁵, do curso de Tecnologia em Hotelaria, afirmou que “tanto para a formação acadêmica, quanto para a formação de caráter humano, vi na disciplina uma forma de devolver à sociedade, com empenho e bondade, tudo o que aprendi e vivenciei nesses anos estudando no IFCE.”

O posicionamento do Aluno A vai de encontro ao que declarou a Professora B sobre a aplicação da disciplina Projeto Social, uma vez que “[...], o discente devolve à sociedade, pelo menos minimamente, a oportunidade de estudar em uma escola pública.” Com as duas declarações, constata-se a consciência cidadã sobre a parcela de responsabilidade que todo indivíduo tem para com seu meio.

De acordo com a Aluna B, também do curso de Tecnologia em Hotelaria, a disciplina “desenvolve o lado humanitário do aluno, pois envolve, na maioria das vezes, a vida de outras pessoas. E vimos que, com o pouco que fizemos, mudamos a vida dessas pessoas de alguma maneira e elas mudaram as nossas.”⁶

Já para a Aluna C, do curso de Gestão de Turismo, a disciplina foi uma das melhores experiências educacionais. Segundo ela, “há enriquecimento social, pois me senti bastante útil ajudando as comunidades e evitando o acúmulo de poluição nos rios e oceanos. A disciplina me ajudou a ter mais percepção.”⁷

A aplicação de projetos que objetivam a melhoria social é um exemplo de educação informal aplicado pelo IFCE, demonstrando parte da ideologia da Instituição no que diz respeito à formação de alunos-cidadãos. Por causa dos resultados apreendidos é que as professoras e alunos julgaram que a disciplina Projeto Social devia permanecer nas matrizes curriculares dos cursos de graduação do IFCE. Quando indagadas sobre a explicação para tal posicionamento, a Professora A declarou

⁵O Aluno A realizou a ação social de um dia de lazer no abrigo Tia Júlio que atende crianças de 0 a 7 anos de idade, em situação de risco pessoal e social. O abrigo realiza a reintegração dos abrigados aos lares ou em caso de abandono, encaminhamento para adoções. (Nota do autor)

⁶A Aluna B arrecadou alimentos, notas fiscais e auxiliou na venda de uma rifa para doação ao Lar Amigos de Jesus, instituição que abriga crianças e adolescentes fora de seus domicílios em tratamento de câncer e outras enfermidades prolongadas. (Nota do autor)

⁷A Aluna C trabalhou com reciclagem de óleo de cozinha para fabricação de sabão em barra na sua própria comunidade. (Nota do autor)

que:

A dimensão social tem relevante importância no mundo contemporâneo face à perversidade que caracteriza o processo de globalização dominante. Em todas as discussões econômicas e políticas relevantes, a questão das desigualdades sociais se faz presente, bem como o uso dos recursos naturais. Basta se pensar nos Fóruns Sociais Mundiais e na temática que perpassa todas as problemáticas graves do planeta. Seria um retrocesso excluir essa disciplina das graduações do IFCE.

A Professora B sustentou a permanência da disciplina por possibilitar “o conhecimento da realidade socioeconômica e política das comunidades carentes desenvolvendo no aluno o senso de cidadania.” É sabido que escolas e universidades são espaços institucionais legitimados para a formação cidadã através de educação. Contudo, o processo educacional é muito mais abrangente e pertence a toda a sociedade, incluindo pessoas, tempo e situações variadas.

O desejo dos discentes não difere das opiniões das professoras. De acordo com o Aluno A, a disciplina é indispensável porque:

Concluí a disciplina com a sensação de realmente ter contribuído em algo para crianças que, mais do que necessitadas de bens materiais e alimentos, são necessitadas de atenção, cuidado e carinho. Acho a disciplina importante na avaliação e formação do caráter humano de qualquer pessoa, [...].

Enquanto que para a Aluna B, a disciplina deve permanecer “porque pode ser uma experiência única na vida do aluno e envolve muito aprendizado de uma maneira diferente da sala de aula.” Corroborando com um aprendizado que não seja apenas repetição de um conhecimento formal transmitido em salas de aula, a Aluna D, do curso de Tecnologia em Hotelaria, declara que “a disciplina de Projeto Social ajuda o aluno a compreender a sociedade e suas variáveis. Mostrando na prática a realidade dos fatos sociais. Essa cadeira ajudou na minha integração com a sociedade.” Com esses pensamentos é possível perceber que, como defendido por vários estudiosos, o papel da escola está em educar para além dos limites físicos da instituição.

O poder na narrativa oral dos elementos apresentados pelo professor Mauro Oliveira e as respostas escritas dos docentes e dos discentes envolvidos com a disciplina Projeto Social serviram para mostrar de maneira

transparente e muito particular alguns posicionamentos sobre essa iniciativa social. Para o presente trabalho, todos esses posicionamentos serviram de valorização dos elementos, imprimindo à experiência de cada um, uma identidade própria e uma importância única, onde ninguém foi mais importante que ninguém, e todos se complementaram.

Não seria possível desconsiderar toda a herança socioeconômica de uma educação profissional preocupada com a geração de renda e a melhoria das condições de vida dos egressos, ou seja, a formação de profissionais técnicos para o mercado de trabalho. Todavia, o maior legado de uma disciplina como a analisada nesse trabalho é a oportunidade de um cidadão em formação aprender a exercitar a cidadania através de ações socialmente engajadas. O estudante poderá trabalhar em outros momentos, por decisão própria, em situações parecidas, a partir dos saberes construídos nessa experiência formativa.

É imprescindível relembrar que a aprendizagem é um processo contínuo de aquisição de conhecimentos e construção de saberes, ocorrendo diariamente desde o nascimento e não se limitando à escolarização. Esse processo resulta da relação entre o sujeito, o ambiente e os vínculos estabelecidos nos contextos de interação linguística que organizam e orientam o pensamento, para que seja possível a comunicação. Embora ocorra em todo indivíduo desde sua origem, a aprendizagem é algo reconhecidamente complexo, pois uma transformação intelectual requer disposição do sujeito e um contexto objetivo favorável. O conceito de aprendizagem deve ser ampliado quando o educando questiona o porquê dos conteúdos e de seus resultados, possibilitando assim uma aprendizagem realmente significativa e duradoura que eleva de qualidade a relevância contextual dos conteúdos abordados e discutidos.

Independentemente da ideologia, deve-se priorizar o direito ao conhecimento a todos os indivíduos. Educação deve ser conseguida por quem se interessar, levando a uma ampliação ou apropriação de cidadania e consequentemente a uma inclusão social de modo mais amplo. O sentido restrito de educação deve ser lembrado, uma vez que compreende todos aqueles processos, institucionalizados ou não, que transmitem aos indivíduos determinados conhecimentos e padrões de comportamento, a fim de garantir a continuidade de aspectos culturais dentro da sociedade. Sendo assim, o foco da educação passa a ser a disseminação da cultura, como forma de incorporar novos e maiores encargos sociais para os indivíduos, não uma fonte de privilégios de alguns. Por meio de uma boa aplicação de educação, poderão ser provocadas mudanças futuras nas ações de

quem no momento do aprendizado formal é denominado de aluno, pois o homem que aprende mais amplia seu ponto de vista a respeito do mundo e de si mesmo e passa a valorizar e a transmitir seus próprios valores culturais.

Questionando-se sobre quem está sendo privilegiado com a forma de educação predominante na contemporaneidade, pode-se provocar mudanças futuras nas ações do estudante. Este, ao aprender a aprender questionando a si mesmo e ao contexto em que vive, amplia seu ponto de vista a respeito do mundo, passa a valorizar e a transmitir seus valores culturais através de uma postura e de uma ação dialógica. Esta significa, porém, não uma aculturação do outro, mas um compartilhar de diferentes culturas cuja interação deve implicar em novas possibilidades de liberação das austeridades de um mundo menos voltado ao desenvolvimento da cidadania e da coletividade e mais direcionado à produção de bens e de capital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se a uma década e meia trabalhando com a difusão de ações sociais através da disciplina Projeto Social. O IFCE ainda tem muito que aprender, mas pode se orgulhar de já possuir *know-how* para dividir suas experiências com outras instituições interessadas em também cumprir seu papel social no mundo contemporâneo globalizado.

A inserção da disciplina Projeto Social nas matrizes curriculares dos cursos de graduação do IFCE pode ser considerada como uma forma continuada de conscientização e trabalho social obtido através dos projetos sociais já implantados na Instituição desde o início da década de 1990. Inicialmente, a disciplina foi institucionalizada como obrigatória somente nas matrizes curriculares dos cursos tecnológicos de Mecatrônica e Telemática. Atualmente, Projeto Social é a única disciplina comum a todas as graduações, independente da modalidade, presencial ou à distância; e do nível, licenciatura, bacharelado ou graduação tecnológica.

Como demonstrado através das falas do idealizador e depoimentos de docentes e discentes, acredita-se que os objetivos foram alcançados com a análise qualitativa aqui apresentada. Tendo sido sempre um profissional visionário, o professor Mauro Oliveira detalhou a ideia inicial de inclusão da disciplina Projeto Social e defendeu sua aplicação como componente essencial do desenvolvimento humanístico dos alunos da Instituição. As atuais professoras da disciplina listaram diversos trabalhos realizados pelos alunos sob suas orientações e se mostraram orgulhosas dos resultados alcançados. Por último, professoras e alunos expressaram seus pontos

de vistos sobre vivências e expectativas de manutenção da disciplina.

Como panorama geral para a disciplina Projeto Social, encontrou-se um campo favorável, uma vez que a mesma já está institucionalizada e com uma história de êxito. O desejo expresso pelos pesquisados é que a disciplina seja mantida. Objetiva-se com isso que essa ação possa aproximar cada vez mais pessoas detentoras de poder intelectual daquelas desprovidas de seus direitos básicos de cidadão, levando a minimização das desigualdades sociais.

Por ter sido apenas um estudo apresentando um panorama geral do assunto, propõem-se novos estudos detalhados, ou de caráter quantitativo para melhor se entender os resultados e avaliar a disciplina. Como sugestão fica a realização de novas pesquisas com um maior número de alunos, incluindo áreas diversas e outros campi, uma vez que o IFCE está presente em 27 municípios do estado do Ceará.

Considerando que a ideia desses projetos é inacabada, não pode haver ligação com gestão ou política escolar específica, pois são ações de princípio educativo já inseridas no perfil institucional do IFCE. Esse princípio passou a ser mais importante com a verticalização do ensino dentro dos Institutos Federais, porque possibilitou que os alunos permanecessem mais tempo dentro da Instituição e passassem por diversos níveis de escolarização. Sendo assim, a responsabilidade da Instituição na formação do caráter desses alunos aumentou substancialmente.

Os alunos do IFCE possuem a chance de agregar à sua formação profissional valores éticos, incitando-os a buscar uma sociedade que respeite o meio ambiente, as diversidades humanas e o pluralismo de ideias. O que poderia num primeiro momento ser confundido com mais uma ação assistencialista, se apresenta na fala dos entrevistados como casos concretos de ousadia, pois os alunos tem um contato direto com ações de cunho social em contextos de aprendizagem. Colocam-se à prova como sujeitos cuja ação socialmente engajada possui resultados mais positivos que negativos.

Ainda que imputássemos o adjetivo de “assistencialista” às ações desenvolvidas pelos alunos no decorrer da disciplina, isso precisa ser encarado como a oportunidade de reflexão cujo objetivo seria melhorar o teor libertador das iniciativas dos alunos.

Os projetos sociais são, pois, ações pragmáticas de cidadania com objetivos pedagógicos bem definidos: conscientizar sobre a realidade e transformar os discentes em agentes modificadores da sociedade. Não sendo, no entanto, ações prontas a serem avaliadas como libertadoras ou assistencialistas, pois ocorrem em contexto

de ensino-aprendizagem, como uma oportunidade de formar cidadãos. São também exemplos claros de mudanças expansionistas pelas quais escolas e universidades vêm passando ultimamente no Brasil. Essas ações vislumbram a construção de um marco para a educação no Brasil e considera as políticas de inclusão, utilizando valores colhidos da cidadania e da ética.

REFERÊNCIAS

- BEDIN, G. A. Carvalho, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. *Revista Direito em Debate*, v. 11, n. 16-17, 2015.
- CAVALCANTI, R. M. N. T. *Conceito de Cidadania: sua evolução na educação brasileira a partir da República*. : Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Departamento Nacional, Diretoria Técnica, Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação, 1989.
- DIAS, W. R. Sobre o conceito de cidadania e sua aplicação ao caso brasileiro. *Jus Navigandi, Teresina, ano*, v. 15.
- DIRETRIZES, L. de. *Bases da educação Nacional*. : Lei, 1996.
- FILHO, R. L. B. Título: Educação profissional no Brasil: novos rumos. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 20, p. 87–105, 1999.
- FREIRE, P. *Professora, sim; tia, não: cartas a quem ousa ensinar*. : Editora Paz e Terra, 1997.
- _____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. ___. *A importância do ato de ler*, v. 44, 2013.
- LIMA, J. C. F.; CASTRO, S. Oliveira de. Responsabilidade social dentro do ifce: Resultados iniciais do projeto mulheres de fortaleza. *Conexões-Ciência e Tecnologia*, v. 8, n. 1, 2014.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status. Título original: Sociology at the Crossroads and other essays. Tradução de Meton Porto Gadelha*. : Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MIRANDA, N. A.; ALMEIDA, E. M. de. Educação em direitos humanos: um plano, muitos desafios e uma missão. in: Pereira, Flávio Henrique (org.). *Cidadania e inclusão social: estudos em homenagem à professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin*. In: FÓRUM. 2008. p. 523–535.
- MORAN, J. M. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. : Papirus Editora, 2007.

EDUCAÇÃO CIDADÃ: 15 ANOS DE PROJETOS SOCIAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO IFCE

PERRENOUD, P.; MURAD, F. *Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a democracia.* : Artmed, 2005.

SAVIANI, D. *Educação Brasileira-Estrutura e Sistema.* : Autores Associados, 1996.

SOUKI, L. G. A atualidade de th marshall no estudo da cidadania no brasil. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 6, n. 1, p. 39-58, 2006.